

Centro de Referência em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável – CEREGADES: uma proposta de ação coletiva compartilhada

Antonio Carlos de Azevedo Ritto

ritto@terra.com.br

Elza Maria Neffa Vieira de Castro

elzaneffa@hotmail.com

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, RJ, Brasil

RESUMO

*O desafio de ressignificar o espaço urbano e rural é enfrentado, neste artigo, a partir da apresentação da proposta que aponta a geração de oportunidades alternativas para minorar a exclusão social, propiciar a utilização sustentável dos recursos naturais e melhorar a qualidade de vida das populações locais como eixo central norteador das atividades do **Centro de Referência em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável - CEREGADES**. A proposta de criação deste Centro sustenta-se na perspectiva de contribuir para a promoção do desenvolvimento de uma rede de sujeitos ecológicos que articule práticas sócio-ambientais relacionadas à geração de renda, à saúde, à educação e à sustentabilidade, a partir da implementação de Agendas 21. O envolvimento de atores sociais neste processo de implantação de agendas sócio-ambientais locais busca relacionar suas organizações com a cidadania e com a elaboração de políticas públicas, com vistas a criar estratégias de participação comunitária voltadas para o incremento de atividades produtivas sustentáveis.*

Palavras-Chave

Gestão sócio-ambiental; Desenvolvimento Sustentável; Pesquisa-ação.

1. INTRODUÇÃO

Os problemas ambientais decorrentes dos impactos provocados pelas ações antrópicas realizadas sem planejamento têm exigido das comunidades novas formas de organização baseadas no conhecimento das relações integradas entre o ser humano e a natureza e têm elegido o paradigma ecológico como um novo modo de entendimento da realidade. A assunção desse paradigma como norteador de uma nova práxis tem como conseqüência, por um lado, a compreensão do ser humano como parte da natureza e, por outro, a busca do sentido da responsabilidade de cada um na utilização do espaço/lugar onde vive, criando novos valores relativos à cultura e ao meio natural, à luz da ecologia social (Guattari, 1991), da teoria da complexidade (Morin, 2000; Leff, 2001), do estímulo às dinâmicas endógenas (Santos, 2006) e da pedagogia da autonomia (Freire, 1997).

O entendimento da noção de desenvolvimento sustentável como uma idéia-força que possibilita a busca de modos tecnológicos pautados por uma racionalidade ecológica

(Echeverria, 1996) que articula, em rede, projetos particulares de sociedades sustentáveis, fundamenta o desafio dos que se preocupam com as questões relacionadas à gestão sócio-ambiental brasileira.

Nessa ótica, o planejamento e a implementação de ações estratégicas integradas por meio de um Centro de Referência em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável - CEREGADES apresenta-se como uma proposição viável na pretensão de contribuir para a formação e a transformação de agentes políticos, econômicos e sociais, no sentido de promover o aumento continuado da qualidade de vida, dos ativos ambientais e dos serviços do ambiente, com vistas a garantir o desenvolvimento humano e o desenvolvimento sustentável.

A articulação em rede dos atores sociais para troca permanente de idéias, visando o desenvolvimento cooperativo e compartilhado de projetos de cunho sócio-ambiental em dinâmica transdisciplinar; a identificação e a gestão dos ativos naturais por meio de sistema específico; a análise permanente da qualidade dos ativos edáficos, hídricos e atmosféricos e dos serviços do meio ambiente por meio do Laboratório de Análises Ambientais; a Construção de Políticas Públicas sócio-ambientais locais; a atualização, capacitação, aperfeiçoamento e especialização para a formação de cidadãos ecologicamente comprometidos com a democracia e com a sustentabilidade sócio-ambiental; a construção de espaços virtuais na rede para Educação a Distância, assistência on-line aos agentes ambientais e para intensificação de cooperação e relacionamento social, assim como, a manutenção, o acompanhamento e a utilização sócio-ambiental de Unidades de Conservação são alguns dos resultados esperados a partir da implementação do CEREGADES, tendo em vista sua concepção de espaço de articulação de iniciativas e de projetos na área de meio ambiente.

2. GLOCALIZAÇÃO – ESTÍMULO ÀS DINÂMICAS LOCAIS E ÀS REDES

Contrapondo-se ao projeto epistemológico positivista unificador do conhecimento, germinativo da atual crise de civilização, a problemática ambiental emerge calcada na análise crítica dos modelos societários da modernidade e desperta para a necessidade de se construir outra racionalidade social em que o ser humano seja colocado no centro da práxis de desenvolvimento. Esta mudança de valores e a formulação de um novo paradigma postulam a reinvenção da comunidade através de um conhecimento capaz de habilitar seus membros a constituírem a solidariedade pelo exercício de práticas sociais que conduzirão a novas formas de cidadania individual e coletiva e a incorporarem uma nova forma de saber-conhecimento-emancipação.

Dentre os princípios da regulação – mercado, Estado e comunidade – este último foi o mais negligenciado nos últimos dois séculos e, exatamente por isso, o menos obstruído por determinações sendo, assim, o mais propício para instaurar uma dialética com o princípio da emancipação, tendo em vista suas dimensões fundamentais: a participação (dimensão política) e a solidariedade (dimensão ética) (Santos, 2001).

Aliado a este princípio registra-se a importância do trabalho em rede por ele criar espaços de comunicação (interna e externa) e de troca de experiências, permitindo a realização de eventos, o estabelecimento de alianças e de projetos e a formulação de estratégias para exercer maior influência nas esferas de definição das políticas públicas.

No mundo das redes, a informação e o conhecimento inauguram novas formas de relacionamentos entre as pessoas, novas formas de controle e comando e, ao mesmo tempo em que reivindicam criatividade e inovação, horizontalizam o desenho das estruturas organizacionais, podendo criar conflitos entre autoridade e poder. O poder estará doravante onde estiver o conhecimento e dissonâncias cognitivas entre detentores de autoridade e detentores de conhecimento podem determinar revisões organizacionais.

“Em contraposição ao modelo hierárquico-burocrático tradicional, a rede configura uma disposição horizontal e entrelaçada dos atores, baseada em relações mais funcionais que hierárquicas, mais cooperativas do que competitivas e mais dinâmicas, menos normativas, inaugurando novos parâmetros para a coordenação de ações. A rede é o lugar da manifestação de múltiplas percepções e da intersubjetividade, onde os atores, ao tempo em que mantém sua autonomia, estabelecem múltiplas relações de interdependência. Na rede convivem relações de cooperação – dimensão integradora - e conflitos de interesses – dimensão de auto-afirmação” (Ritto, 2005).

Uma tendência que se observa no desenvolvimento das atividades e nos empreendimentos é a valorização do capital intelectual que, somado ao processo de produção, remodela os processos de produção que passam a funcionar em equipes de projetos, voltadas para operações novas, inabituais, que podem não se repetir e que anunciam o esgotamento do paradigma fordista.

Segundo Migueletto (2001),

“A conseqüência desse processo atinge, sobretudo, a hierarquia de poder, com o questionamento do organograma tradicional e a alteração das relações entre as áreas da organização produzindo uma estrutura conectiva mais horizontal do que vertical”.

Há diferenças entre uma organização hierárquica e uma organização em rede. Burocracia é a administração sujeita à hierarquia, a regulamentos rígidos e a uma rotina inflexível. A burocracia é, portanto, intencionalmente cerceadora de criatividade e impede, por princípio e conceituação, adaptações por parte dos executores das atividades – isso é uma constatação e não necessariamente uma crítica, já que este paradigma tem aplicação em muitas ocasiões.

Mas, no tempo das redes, é relevante “pensar em rede”; uma rede não é uma hierarquia, é um grupo de unidades (pessoas) autônomas, unidas por valores compartilhados. As redes são usadas nas organizações “cortando” horizontalmente as hierarquias com o objetivo de estimular a criatividade e a evolução dos métodos do trabalho, visando à preparação para melhores e mais articuladas ações e decisões (Ritto, 2005).

Na rede, as iniciativas são complementares e buscam permanentemente sinergia. A organização em rede flexibiliza a estrutura hierárquica rígida através da circulação mais ágil, transparente e democrática da informação. A adoção de redes internas reduz barreiras entre pessoas, viabilizando relacionamentos com maior sinergia, promovendo estruturas mais horizontais e formação de equipes multidisciplinares – as funções especializadas de diferentes

áreas se tornam menos delimitadas – ao mesmo tempo em que menos energia é despendida em comunicação.

Mas, mudanças comportamentais exigem a adoção de estratégias educacionais que, nesta proposta, são reconhecidas enquanto processo de conscientização, prática política e compromisso democrático que a sociedade civil deve assumir como princípio de cidadania (Freire, 1997).

Pedra fundamental da sustentabilidade política, a Educação Ambiental possui elementos que permitem contribuir para o envolvimento dos diversos setores da população na implementação dos princípios estabelecidos na Agenda 21 – “... processo social em que os atores pactuam gradativa e sucessivamente novos consensos e montam uma agenda possível, rumo ao futuro que se deseja sustentável”¹ e na formação de *intelectuais orgânicos* (Gramsci, 1979) que sejam dotados de uma nova mentalidade e de uma consciência ecopolítica, suscitadoras de uma práxis protetora da vida e de uma nova moralidade que perceba a necessidade de uma articulação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento humano, em que novas formas de trabalho e de transformação do meio natural sejam construídas.

Nesse sentido, propostas para adoção de novos comportamentos e mentalidades só poderão vingar mediante um processo de reeducação frente à gestão dos recursos naturais, às formas de participação da sociedade civil e, também, aos modelos econômicos insustentáveis. Instaurar uma nova mentalidade pedagógica pressupõe uma retomada dos compromissos ético-políticos que, fundamentados numa forma complexa de pensar, poderá apontar alternativas emancipatórias e caminhos para uma cultura de participação, cooperação e de solidariedade.

A adoção da gestão participativa (pesquisa-ação) para a socialização de conhecimentos e de práticas produtivas sustentáveis; para a qualificação do trabalho e potencialização das habilidades pessoais, por meio de cursos e de trocas de experiências com outras comunidades, visando incorporação de novos conhecimentos sobre educação, saúde, trabalho e meio ambiente e a criação de associações que ensejem planejamentos participativos e aprofundem dimensões interacionistas possibilita a replicabilidade desta metodologia em cenários análogos.

A Pesquisa-ação (Morin, 2004) apresenta-se como o procedimento metodológico mais adequado ao trabalho de Educação Ambiental porque, além de promover a participação, supõe uma forma de ação planejada de caráter social, educacional ou técnico, constituindo-se como uma linha da pesquisa social que fornece os meios eficientes para que grupos de participantes e pesquisadores formulem diretrizes transformadoras, a partir da elaboração de um diagnóstico da problemática sócio-ambiental local. Thiollent (2000) aponta três aspectos atingidos pela pesquisa-ação: resolução de problemas, tomada de consciência e produção do conhecimento.

3. PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE REFERÊNCIA SÓCIO-AMBIENTAL PARA ARTICULAÇÃO LOCAL

¹ Bases para Discussão da Agenda 21 Brasileira, apresentado pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional do Ministério do Meio Ambiente – MMA, 2000.

A criação de um Centro de Referência em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, instrumentalizado com equipamentos de informática, de audiovisual e de comunicação para apoiar as atividades político-pedagógicas desenvolvidas pelos sujeitos ecológicos articuladores das agendas sócio-ambientais locais, é necessária à socialização de conhecimentos para a formação de cidadãos ecológicos.

Operado em co-gestão por Instituições Governamentais Municipais e por Associações Comunitárias, o Centro deve situar-se em ponto estratégico para a disseminação da metodologia participativa e para a difusão de informações e de diretrizes que contribuam para formação de lideranças, com vistas a incentivar novas ações pedagógicas e apoiar as ações integradas desenvolvidas pelas comunidades, por meio das Agendas 21 locais.

A realização de seminários temáticos e de cursos, a concepção e o desenvolvimento de material pedagógico, tanto físico quanto no ambiente virtual e a distância, assim como a criação do portal do Centro de Referência, destinado a socializar saberes, integrar experiências, contribuir para a interação dos atores sociais e para a melhoria da qualidade de vida da população são estratégias estimuladoras do exercício da participação da comunidade na definição das prioridades e do impulso às iniciativas sócio-ambientais que fortalecem a população local, reforçam a política de sustentabilidade e de inclusão social e ampliam a consciência ecológica.

A construção de um Centro de Referência sócio-ambiental deve começar pelas identidades regionais e étnicas presentes em cada sociedade e não pela economia ou pela geopolítica, pois postular a solidariedade universal entre humanidade e planeta pressupõe o respeito à diversidade das culturas e dos seres humanos.

Uma das estratégias prioritárias para gestão de recursos naturais consiste no desenvolvimento, na proposição e no aperfeiçoamento da pesquisa e de estudos voltados para o aumento do conhecimento científico sobre a biodiversidade. A proteção do meio ambiente é um problema político e científico que depende da mudança de hábitos da sociedade. Essa mudança depende cada vez mais de uma participação social cientificamente informada. Para tanto, a proposta de criação do Centro apresenta as necessidades enunciadas, a seguir:

- Implementar um Sistema de Gestão de Ativos Naturais mantendo um cadastro detalhado sobre os ativos naturais (rios, bacias, lagoas, florestas, campos) e promover sua manutenção, por meio de monitoramento permanente das evoluções da qualidade dos ativos e dos serviços naturais;
- Implantar um Laboratório de Análises Ambientais para análise da qualidade dos ativos edáficos, hídricos e atmosféricos e dos serviços do Meio Ambiente;
- Implementar um Laboratório de Políticas Públicas visando identificar problemas e necessidades, assim como, oportunidades e constrangimentos, e planejar, executar e avaliar políticas públicas orientadas ao aprofundamento da Educação Ambiental;
- Construir um Observatório regional sócio-ambiental sobre a região, no que diz respeito às atividades ligadas à problemática sócio-ambiental e ao desenvolvimento sustentável;

- Instalar uma Escola de Gestão de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável com vistas a promover cursos de atualização, capacitação, aperfeiçoamento e especialização para formação de sujeitos ecológicos;
- Manter um Centro de Educação e de Assistência à Distância como um ambiente propício à instalação da modalidade de ensino denominada Educação à Distância, que estimule a criação e a implementação de cursos relacionados às temáticas de interesse dos atores sociais envolvidos nas análises dos problemas sócio-ambientais, nos enfrentamentos dos conflitos e nas propostas de soluções às questões locais;
- Desenvolver um Laboratório de Tecnologia Social para identificação permanente de oportunidades de desenvolvimento de projetos de co-criação de conhecimento, de trabalho e renda;
- Instalar um Centro de Assistência On Line em Meio Ambiente para manter espaços na rede virtual para discussão sobre temáticas relacionadas à região privilegiada no estudo específico, com assistência de monitores especialistas, em datas e horas marcadas;
- Implantar um Centro de Cooperação e Relacionamento Social OnLine objetivando disponibilizar espaços na rede para discussão e troca de idéias, dúvidas e sugestões, ensejando uma atmosfera de relacionamento social interativo e cooperativo;
- Criar quiosques tecnológicos em locais estratégicos para acesso descentralizado dos agentes ambientais ao Centro de Referência para consulta e participação dos atores sociais nas decisões e na busca de soluções que revertam o quadro de degradação sócio-ambiental local;
- Instalar um Laboratório de Pesquisa Aplicada nas Unidades de Conservação para desenvolver estudos permanentes visando identificação de atividades produtivas sustentáveis passíveis de implementação em Unidades de Conservação, de modo a socializar informações que contribuam para a garantia da diversidade das ações e do respeito às especificidades de cada área a ser trabalhada – o que cultivar e o que não cultivar em cada reserva;
- Criar um Centro de Desenvolvimento de Eventos Ambientais objetivando promover Palestras, Seminários, Colóquios, Oficinas, Feiras, Concursos (crianças, jovens, intelectuais, ONGs, empresas), dentre outras estratégias educativas;
- Implementar um Centro Jurídico para mediação de conflitos e de interesses antagônicos;
- Criar, adquirir e manter acervo sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em um Museu do Meio Ambiente;
- Instalar um Centro de Exposições do Meio Ambiente para manter exposições permanentes e temporárias, com objetivo de desenvolver sensibilidade e ampliar a consciência ecológica das lideranças comunitárias, gestores de políticas públicas, educadores, alunos, sociedade civil, em geral.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os lugares, tantas vezes afetados negativamente pelos efeitos da globalização, estão repletos de oportunidades e de pessoas que precisam e querem se engajar em projetos que

promovam inclusão econômica e participação social. O Centro de Referência aqui proposto tem compromisso sócio-ambiental e visa à articulação local para potencializar dinâmicas endógenas e com elas inaugurar processos de produção específicos para desenvolvimento de atividades culturalmente inspiradas e socialmente construídas que criem trabalho e renda ao lado de compromisso com o meio ambiente.

É própria a busca por práticas e processos mais abertos e flexíveis, participativos, concebidos como expressão de pesquisa-ação orientada pelo enfoque do codesenvolvimento que gerem, em interação com as populações no local, informações concretas sobre a realidade e sobre alternativas possíveis do enfrentamento dos problemas sócio-ambientais. O cerne deste projeto é a construção de opções social e tecnicamente viáveis e politicamente legítimas sobre o leque diversificado de interesses sociais em jogo e sobre as lógicas diferenciadas de encaminhamento, processamento e atendimento de demandas sociais, baseadas na autonomia das populações.

Além disso, essa metodologia tem possibilidade de multiplicação em contextos análogos, já que se funda em pressupostos da ecologia social e em atividades que podem ser desenvolvidas corriqueiramente nas comunidades que, a partir de esforços diferenciados, vêm organizando-se em associações, movimentos sociais, entre outros, buscando uma participação ativa para a solução dos problemas sócio-ambientais locais que as afetam diretamente.

Em síntese, pode-se destacar que essa proposta objetiva, além de mapear as características da região e estabelecer parcerias entre poder público local, ONGs, universidades e associações comunitárias, fomentar a criação de Centros de Referência em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável em municípios fluminenses e brasileiros que funcionem como pólos de intercâmbio e de gerenciamento de informações e de gestão de projetos sustentáveis, envolvendo lideranças comunitárias, profissionais de educação, gestores de políticas públicas e membros da sociedade civil, em geral, para implementação de Agendas 21 locais e, com isso, encontra-se em consonância com a pretensão de formação do sujeito ético-responsável pela continuidade da espécie e da transcendência humana que deve ser a finalidade de todos os projetos e programas implementados no Brasil e no mundo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. IBAMA. *Para Um Futuro Sustentável – Uma Visão Transdisciplinar Para Uma Ação Compartilhada*. Brasília DF.: IBAMA, 1999.

_____. PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE. *Agenda 21 – Uma Visão de Futuro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2002.

BRAUN, Ricardo. *Desenvolvimento ao ponto sustentável*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BRITO, Francisco A.; CÂMARA, João B. D. *Democratização e Gestão Ambiental – Em Busca do Desenvolvimento Sustentável*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CARVALHO, Edgard de Assis, ALMEIDA, Maria da Conceição de, COELHO, Nelly, Novaes, FIEDLER-FERRARA, Nelson, MORIN, Edgar. *Ética, Solidariedade e Complexidade*. São Paulo: Palas Athena, 1998.

- CARVALHO, Isabel Cristina Moura. *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2004.
- ECHEVERRIA, Thais Martins. As relações homem - natureza e o dilema ecológico. *Temáticas*, 4 (7) jan/jun,1996.
- CASTRO, Elza Maria Neffa Vieira de. Diálogo com a vida: uma educação consciente. In: *Meio Ambiente & Educação*. Luiz Emygdio de Mello Filho (org.) et alli. Rio de Janeiro: Griphus, 1999. (Educação e Diálogo, v.3), p. 113-139.
- CASTRO, Gustavo de. (coord.) e al. *Ensaio de Complexidade*. Porto Alegre: Sulina,1997.
- CAVALCANTI, Clóvis (org). *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.
- Educação para um futuro sustentável. Uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas. Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: educação e conscientização pública para a sustentabilidade. Edições IBAMA, Brasília, 1999.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- GUATARRI, Félix. *As três ecologias*. Campinas: Papyrus, 1991.
- LEFF, Enrique. *A complexidade ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- MIGUELETTO, Danielle Costa Reis, *Organizações em Rede*, Dissertação apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública para obtenção do Grau de Mestre em Administração Pública, FGV, Rio de Janeiro, 2001.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Bases para Discussão da Agenda 21 Brasileira. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. Brasília/DF: Ministério do Meio Ambiente – MMA, 2000.
- MORIN, André. *Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- MORIN, Edgar & LE MOIGNE, Jean-Louis. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- RITTO, Antonio Carlos. *Organizações Caórdicas- Modelagem de Organizações inovadoras*, Editora Ciência Moderna, Rio de Janeiro, 2005.
- RITTO, Antonio Carlos , CAVALCANTI, Bianor, *Caos e improvisação como fonte para ordem e para modelagem organizacional*, SEGET, Rio de Janeiro, 2006.
- SACHS, Ignacy. *Estratégias de Transição Para o Século XXI: Desenvolvimento e meio Ambiente*. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.
- _____. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo. Cortez, 2001.

SANTOS, Milton. *Por uma outra Globalização - do pensamento único à consciência universal*, 13ª edição, Editora Record, Rio de Janeiro, 2006.

STRIEDER, Roque. *Educar para a Iniciativa e a Solidariedade*. Ijuí: UNIJUÍ, 2000.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-Ação*, São Paulo: Cortez, 2000.